

A doença, hebetude. A cura, eleições

GERALDO FORBES

Os pacientes leitores ainda devem estar irritados com a incompreensível coluna do último domingo. A falha deveu-se a uma confusão na oficina (alguém fiscal do Sarney?) que alterou a ordem de vários parágrafos. Por isto as desculpas e também, desde logo, para poupar uma ida ao Aurélio e não aumentar a sua irritação, o significado de hebetude — torpor, letargia pecaminosa. Que é o estado em que se encontra o governo, depois do período de imerecida beatitude que se seguiu ao nascimento do já defunto cruzado.

A saída do sr. Fernão Bracher e do sr. Pérsio Arida do governo representa a eliminação dos últimos vestígios de sensatez na condução da economia. A nau, agora totalmente entregue nas mãos dos marinheiros das nuvens, ameaça manear todos os passageiros enquanto o homem da gávea grita — rochedos à vista.

Vai pessimamente a marinha. O desgoverno é total e o império é das circunstâncias. As reservas cambiais já acabaram e a recessão e a hiperinflação batem à porta. O enredo deste drama, longe de seu

fim, deve ser em poucos dias engrossado com o Cruzado III.

A obtusidade do governo do sr. Sarney é coriácea. Não satisfeito com o desastre, já causado por seu aventureirismo e oportunismo, vai ainda tentar salvar seu casual mandato com o golpe de um novo congelamento.

É a volta da teoria do marketing publicitário. Em vez de tratar de coisas sérias e, por exemplo, centralizar o câmbio e penalizar fiscalmente a tomada de empréstimos especulativos, o governo vai tentar recuperar sua credibilidade na base do golpe de propaganda. Sem nada para substanciar-lo, o resultado, depois da gargalhada nacional, será com certeza a tra da população e uma turbulência política de desdobramentos imprevisíveis.

Já não há mais dúvidas de que o País está em um pântano econômico. Quanto mais se mexe, mais afunda, e ficar imóvel no lodo não é também tarefa agradável. Entretanto — e é muito importante notar o paradoxo —, a economia não vai tão mal. O que vai horrivelmente mal é a administração da economia e não esta propriamente dita.

Não se pode comparar o caso brasileiro com o caso mexicano ou com o argentino. Lá, sim, a economia tem sérios problemas estruturais de desemprego crônico, falta de mercados para seus produtos de exportação, uma indústria e setor de serviços obsoletos e assim por diante.

E que ninguém se iluda. Fora das eleições não há salvação. Se a Constituinte hesitar e, rendendo-se aos interesses menores, não convocar eleições gerais — para a Presidência, o Senado e a Câmara — logo após a promulgação da nova Carta, estaremos fritos e mal pagos. A crise econômica adquirirá o caráter crônico que já liquidou com o México, o Uruguai e a Argentina. O País continuará se desfazendo nessa hebetude. Mais que pecaminosa, criminosa. Torpitude.

É tempo de reagir. Não podemos nos entregar a este triste destino só porque um bando de políticos obsoletos quer manter seus empregos, vantagens e posições. Chega de Sarney, Ulysses, Aurélio, Arraes, Monteiro e outras velharias pré-64. É tempo de Lula, Deifim, Fernando Henrique e Rita Camata. É tempo de deixar emergir outras e novas

lideranças afinadas com o presente, preparadas para o futuro.

A pior doença das instituições é a esclerose dos canais de representação política. O entupimento que vem da ditadura atinge, nesta já longe transição, o nível de demência no Executivo. O povo é muito melhor que isso que está aí e, dono do País, não quer vê-lo afundado por marinheiros ensandecidos, a serviço dos eternos donos do poder. Cansado, diz — chega. Solução? Eleições. Distritais, proporcionais e diretas.

No ponto em que chegamos, só um novo governo, que tenha a força do legítimo apoio popular — o apoio estável das urnas e não o desfrutável das pesquisas — poderá reverter o lento, gradual e trágico afundamento da Nação.

Do contrário — langor. Torpor. Hebetude. Morte.

Aqui a coisa é diferente e muito mais favorável. O que temos de parecido são a ineficiência do setor estatal e uma enorme dívida externa. Em compensação, o dinamismo do setor privado, nacional e multinacional, na agricultura, no comércio, na indústria e nas finanças, torna possível imaginar que não es-

tamos irremediavelmente condenados à decadência e ao subdesenvolvimento.

O grande entrave à nossa recuperação, o grande mal que nos aflige, impedindo o conserto dos defeitos e o desabrochar das virtudes, é a chamada classe política, claramente incapacitada para dirigir um país desta complexidade, no limiar do século 21. Na realidade, a presente crise econômica, talvez a mais terrível da nossa história, tem causa e origem políticas. As estruturas econômicas, embora abaladas pelos sucessivos desacertos impostos por sucessivos governos incompetentes, são razoavelmente sofisticadas e modernas e podem ser revitalizadas e melhoradas facilmente num ambiente de orçamentos realizáveis e regras realistas e duradouras.

O que atrapalha é a cotidiana interferência de governantes, sempre mais interessados na sua estabilidade pessoal do que no verdadeiro desenvolvimento nacional. A praga é o político e a quintessência desta praga é o dr. José Sarney, um maneiroso politicóide de província, totalmente despreparado para o cargo de presidente. O seu já é o

pior e o mais louco dos governos que infelicitaram este País.

Se isto tudo é verdade, então também é verdade que a crise — de natureza muito mais política do que econômica — só será resolvida com a renovação dos quadros dirigentes.

Ora, tal renovação só se fará com a purgação dos velhos nomes, homens de outra época, hoje ultrapassados e em descompasso com a realidade. Então, se queremos pensar grande e pensar o futuro temos de pensar em tomar, quantas vezes necessário, o único purgante admitido em uma democracia — eleições livres. Eleições feitas de um modo que efetivamente proporcione a participação de todos na escolha de legisladores e governantes, representantes de fato dos desejos da maioria. Eleições distritais. Eleições proporcionais à população. Eleições diretas.

A esta altura dos acontecimentos já é possível prever que a Constituinte provavelmente se encaminhará por aí. É também provável a instauração do parlamentarismo e a crise econômica aponta para um radical (justo e necessário) encurtamento do período do desastre Sarneyco.